

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Impasse continua na PEC dos Precatórios..... 3

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bolsonaro sanciona, sem vetos, projeto que prorroga incentivos fiscais no ICMS para quatro setores até 2032..... 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Com ideais de JK, Pacheco se apresenta..... 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

BC reage a risco fiscal e eleva juros para 7,75%..... 8

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ECONOMIA

Fardo para a economia (Editorial)..... 11

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Como concursos contribuíram para a consolidação dos empregos públicos (Artigo)..... 12

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Juros sobem para 7,75%..... 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Copom eleva Selic em 1,5 ponto percentual, maior alta desde 2002..... 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Ciclo atual de aumento de juros deve ser o mais agressivo em quase 20 anos..... 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Desemprego cai, mas renda encolhe, aponta IBGE..... 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Resistência do centro ameaça votação da PEC dos precatórios..... 22

O ESTADO DE S. PAULO - CAPA
ECONOMIA

Após furo do teto, BC promove maior alta dos juros em 19 anos..... 24

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

Congresso planeja aumento bilionário para emendas sem transparência..... 25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Novos impasses arrastam PEC dos precatórios..... 27

Quinta-Feira, 28 de Outubro de 2021

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Lucro do Santander cresce 12,5% no 3º trimestre e vai a R\$ 4,3 bi..... 29

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Subsídio ao gás vai à sanção presidencial..... 30

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Bônus para Auxílio Brasil é de pouca eficácia, diz ex-secretaria de Renda.....31

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Bolsonaro diz que não tem como pagar precatórios..... 32

O GLOBO - ON LINE - RJ - MALU GASPAR
POLÍTICA

**Disputa de partidos por filiação de Bolsonaro mostra que presidente ainda terá força em 2022
..... 33**

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Em carta, centrais sindicais pedem renovação da desoneração da folha.....35

JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - OPINIÃO
CONGRESSO EM FOCO

Bolsonaro, o réu confesso (Artigo).....36

Impasse continua na PEC dos Precatórios



TAINÁ ANDRADE

A PEC dos Precatórios foi adiada mais uma vez. Durante todo o dia de ontem havia uma expectativa se o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), conseguiria votos para aprovar a emenda constitucional. No fim da tarde, Lira se reuniu, a portas fechadas, com os líderes dos partidos para decidir se manteria a votação. O impasse para o andamento da pauta não era mais o texto - motivo de discordância até entre partidos do Centrão, aliados do governo -, mas, sim, a perspectiva de que a proposta seria rejeitada se houvesse votação. "Não estamos nem mexendo em texto, isso é outra etapa", disse Hugo Motta. Até as 19h, o site da Câmara dos Deputados indicava 446 parlamentares inscritos.

Nos bastidores, deputados comentavam a dificuldade de Lira para emplacar a votação, após negociação com o Planalto. "A ordem está vindo do governo. MDB não está aderindo, União (Brasil) está com pé atrás. Não tem quórum para passar a PEC nem nessa semana, nem na semana que vem", previa, no início da noite, uma fonte ao Correio. Apesar do prognóstico, a proposta volta à pauta da Câmara nesta quinta-feira.

A mobilização do governo era visível. Os ministros da Cidadania, João Roma, e da Casa Civil, Ciro Nogueira, estiveram na Câmara para participar da reunião com os líderes. "Que o parlamento brasileiro continue do lado dos brasileiros como ele tem feito durante todo esse enfrentamento de pandemia. Foi assim no orçamento de guerra, foi assim na PEC Emergencial, e nós estamos fazendo esse apelo aos congressistas que tomam essa decisão, pois estamos focados, sim, em cuidar dos brasileiros que estão na linha da pobreza e da extrema pobreza. Portanto, a urgência do assunto é para que se possa viabilizar um socorro a todas essas pessoas", alegou Roma.

Se a votação ocorresse ontem, cerca de 50 deputados da base aliada do governo não estariam no plenário. Com a volta das atividades presenciais no parlamento, a norma é de que as votações só aconteçam com os deputados na Casa. O texto que iria para votação sofreu mudanças do relator Hugo Motta (Republicanos-PB), mas ainda não obteve consenso. As alterações preveem a possibilidade de compensação de dívida, com a securitização das dívidas tributárias inscritas em dívidas ativas que tenham **tributos** a receber em difícil recuperação inscrita. Esse dispositivo permitiria a venda de títulos com deságio no mercado. Outra mudança seria a retirada do parcelamento de nove anos, que agora será pago na cronologia, com outro tipo de gatilho. Uma terceira alteração muda o período de aferição do teto de gasto, o que resultaria em ganho de espaço fiscal. Essa foi a solução encontrada para garantir recursos ao Auxílio Brasil.

Mas as resistências ainda eram fortes. "Avançar na votação hoje (ontem) será com muita dificuldade. Para o MDB, não passa. A quebra da regra de ouro e se aproveitar desse período de calamidade são pontos críticos fortes", avaliou uma fonte do MDB.

Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) reconhece a necessidade de aprovar um benefício para milhões de brasileiros vulneráveis, mas defende maior planejamento. "Nós somos a favor de uma ação concreta. O governo precisa ter uma política de resposta em relação à crise. Só que o raciocínio é o seguinte: o governo perde o controle fiscal e gera **inflação**, que ferra os mais pobres. Ele criou o **desequilíbrio fiscal** e, agora, vai fazer um auxílio emergencial, que vai aprofundar ainda mais um **desequilíbrio fiscal**. Então você está descendo escada abaixo", descreve o parlamentar.

Corte de gastos

Para Jardim, o caminho para financiar o Auxílio Brasil reside em cortar gastos e ter uma política econômica que inspire confiança. Romper o teto, na avaliação do deputado, é inadequado. "Eles estão falando de interpretações em questões do teto, então que nos apresentem. Querem abrir um rombo no teto que justifica tudo isso que eu disse. Estamos abertos para discutir, especificamente, a pressão de gastos que faz o precatório, mas que venham propostas focadas nisso e consistentes", propõe.

Marx Beltrão (PSD-AL), por sua vez, concorda com a quebra do teto de gastos. Ele acredita que o atual limite orçamentário impede avanços. "O teto de gastos engessou algumas ações. Para se avançar em algumas áreas, é preciso ter mudanças, e a PEC é justamente para isso. Eu creio que esse assunto não é só de governo. Interessa ao parlamento, aos prefeitos, aos governadores, às empresas privadas, ou seja, à nação como um todo", comentou.

Após verificar o número insuficientes de parlamentares para a votação da PEC, Arthur Lira fez um teste para verificar a adesão dos deputados. Foi apreciado um requerimento para a quebra do interstício - que permite a dispensa do intervalo de duas sessões para a votação do segundo turno da proposta de emenda constitucional. O pedido foi aprovado com 253 a favor e 174 contra. Para aprovar uma PEC em plenário, são necessários 308 votos favoráveis.

Expectativa no Senado

Enquanto a Câmara dos Deputados enfrenta dificuldades, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSL-MG), afirmou ontem, no Salão Azul, que não "fará empecilhos" para pautar a PEC dos Precatórios. Ele planeja fazer uso de uma minuta, de modo que a emenda constitucional siga diretamente ao Plenário, sem precisar ser apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Pacheco disse que a preocupação é não estourar o teto de gastos. "Tenho conversado com o relator Hugo Motta para achar um caminho para não estourar", complementou o senador. Outros integrantes da Casa estão céticos em relação à proposta. Para o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), a PEC se trata de "um calote acrescido de um aumento desnecessário no teto de gastos".

Na tribuna, o senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) pediu à Casa que resista às tentativas do governo federal de quebrar o teto de gastos. Ele afirmou que o descuido com a disciplina fiscal é muito mais nocivo para a economia do que a pandemia. E lembrou que, do quarto trimestre de 2014 ao quarto trimestre de 2016, o **PIB** brasileiro caiu 7,2%, numa recessão sem precedentes, provocada por "lambança fiscal, falta de rigor fiscal". (Com Agência Senado)

Bolsonaro sanciona, sem vetos, projeto que prorroga incentivos fiscais no ICMS para quatro setores até 2032

Por Gustavo Garcia, g1 - Brasília

O presidente Jair Bolsonaro sancionou, sem vetos, o projeto que permite a prorrogação, até o final de 2032, de incentivos e benefícios fiscais relacionados ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) concedidos por estados a empresas de quatro setores da economia. A sanção foi publicada na edição desta quinta-feira (28) do Diário Oficial da União (DOU) .

O Senado aprovou a matéria no dia 6 de outubro: 67 votos a 3 e uma abstenção. O texto, que tem origem na Câmara, foi aprovado pelos deputados em setembro.

O ICMS é um tributo de competência estadual.

Pela proposta, podem ser beneficiadas pela prorrogação dos incentivos: empresas de comércio, em especial o atacadista; de vendas de produtos agropecuários in natura, como feijão, leite cru e trigo de transporte interestadual de produtos agropecuários in natura, como feijão, leite cru e trigo; e as que prestam serviços portuários e aeroportuários voltados ao comércio internacional.

Ainda, segundo o projeto, a partir de 2029, o benefício será reduzido gradativamente, em 20% ao ano, à exceção do segmento de vendas de produtos agropecuários in natura, cujos incentivos poderão ser reduzidos de uma só vez ao final de 2032.

Relatora da proposta no Senado, Rose de Freitas (MDB-ES) afirmou que a prorrogação de incentivos é necessária para diminuir prejuízos gerados com a extinção de benefícios tributários no fim do ano passado.

A parlamentar afirmou, em seu relatório, que o fim dos incentivos do comércio, por exemplo, poderia acarretar um êxodo das empresas para os grandes centros, onde estão instaladas as indústrias .

A prorrogação do prazo do benefício fiscal não acarreta impacto no orçamento público, haja vista que estes benefícios já foram computados nos atuais

orçamentos [dos estados]. Muitos incentivos fiscais têm sido prorrogados. Só o Confaz prorrogou mais de 228 incentivos em 2020 , disse Rose de Freitas.

O projeto altera uma lei de 2017 que trata de benefícios fiscais firmados por estados e Distrito Federal, no contexto da chamada guerra fiscal entre os estados. A legislação em vigor já prevê o incentivo até 2032 para alguns setores, como o de atividades agropecuária e industrial.

Não há lógica em dar apenas cinco anos para o estabelecimento comercial, que é continuidade da indústria, enquanto à última se concede quinze anos , afirmou Rose de Freitas.

O senador José Aníbal (PSDB-SP) tentou, sem sucesso, adiar a votação e disse que o tema deveria ser tratado na proposta de **reforma tributária**, cujo relatório foi entregue por Roberto Rocha (PSDB-MA). Para Aníbal, o texto afeta a arrecadação de São Paulo.

São Paulo está sempre na mira dos subsídios e da guerra fiscal. E essa guerra fiscal é uma corrida para o fundo. Ela não é uma corrida para frente nem para o alto , declarou.

VÍDEOS: notícias sobre política

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/10/28/bolsonaro-sancao-icms.ghtml>

Com ideais de JK, Pacheco se apresenta



ISRAEL MEDEIROS RAPHAEL FELICE

Com perfil conciliador e defendendo união nacional, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), se apresenta como alternativa para liderar a terceira via nas eleições de 2022. O parlamentar assinou, ontem, a ficha de filiação ao PSD, e o presidente do partido, Gilberto Kassab, já anunciou que o senador será o candidato da legenda ao Planalto.

A cerimônia ocorreu no Memorial JK, em Brasília. A escolha do local é simbólica. Juscelino Kubitschek era membro do PSD quando governou o Brasil, no período entre 1950 e 1955, e foi constantemente lembrado no evento. Após assinar a ficha de filiação, Pacheco recebeu da neta de Juscelino, Anna Christina Kubitschek, um broche de sua nova legenda.

Apesar de evitar já se apresentar como pré-candidato ao Planalto, Pacheco discursou em clima de campanha eleitoral e pregando conciliação e desenvolvimento do país, ideais de JK. Ele mencionou a fome, que voltou a assolar o país; o desemprego e a **inflação** alta como desafios a serem superados, sem citar nomes ou apontar culpados. "Não podemos tolerar que um país com base agrícola e pecuária tenha o cidadão passando fome e buscando comida no lixo. Portanto, já passou da hora de voltarmos ao diálogo, retomarmos o equilíbrio e a paz", defendeu.

Segundo Pacheco, somente por meio da união dos agentes públicos será possível garantir melhores condições de vida para os brasileiros, com mais saúde e educação. "Nós hoje vivemos um momento de enorme preocupação quanto ao futuro da nossa gente. Temos desafios enormes pela frente, que precisam ser solucionados: o desafio da pandemia; do social; do

emprego; da área ambiental, do qual não podemos nos apartar; da saúde e da educação de qualidade, sobretudo nos primeiros momentos da vida. A economia e a fome - um flagelo inaceitável, que tem castigado tantos e tantos brasileiros em um país tão produtor de comida como o nosso", acrescentou.

O senador disse, também, que espera contribuir para que o país recupere a autoestima. Ele destacou que o brasileiro "está deixando de acreditar no futuro". "Não é esse o Brasil que desejamos. O país precisa dar exemplo no respeito aos contratos, às leis e aos valores da Constituição Federal", pontuou. "Da minha parte, eu quero contribuir para que o Brasil recupere a sua autoestima e a sua paz, que voltemos a sorrir, ter esperança e felicidade, para ser o país que queremos e merecemos."

Braços abertos

O marido de Anna Christina, o empresário Paulo Octavio, ex-vice-governador do Distrito Federal e atual presidente do PSD do DF, elogiou o senador. "Bem-vindo, presidente Pacheco. Você terá uma grande missão. Você é jovem, determinado, 44 anos, um futuro brilhante pela frente. O partido o recebe de braços abertos", frisou.

Diversos outros caciques da legenda prestigiaram o evento, como o deputado Antonio Brito (BA), líder do PSD na Câmara. Ele afirmou que o partido "cresce ainda mais" com a chegada de Pacheco e que a filiação é um grande acontecimento para a sigla.

Também estiveram presentes os senadores Omar Aziz (AM), Otto Alencar (BA) e o líder do PSD no Senado, Nelsinho Trad (MS), além dos outros dois senadores da bancada de Minas Gerais, Carlos Viana e Antonio Anastasia, que não poupou elogios a Pacheco. Em sua fala, ele ressaltou que o presidente do Senado poderá levar os ideais de Juscelino Kubitschek à Presidência.

"O simbolismo deste evento se faz aqui, no ambiente de JK, que denominou Brasília, a capital da esperança, e é exatamente essa esperança, presidente Rodrigo Pacheco, que nós depositamos nos seus ombros. Ombros altos e altaneiros como as montanhas de Minas", destacou. "(...) Queremos, nessa mensagem de esperança, convocar Rodrigo Pacheco para ser o seu arauto, para levantar a bandeira do desenvolvimento, da democracia, da liberdade e da inclusão social."

Capilaridade

Integrantes de outras siglas também prestigiaram o chefe do Congresso. Os senadores Eliziane Gama (Cidadania-MA) e Marcos Rogério (DEM-RO) foram cumprimentar Pacheco. Ao Correio, a parlamentar disse acreditar que o presidente do Senado tem as características necessárias para ser o principal nome da terceira via em 2022.

"Ele tem um perfil de uma pessoa do diálogo, do entendimento, da unidade. E esse ato de hoje (ontem), com a grandeza que foi, com tantas representações entre senadores, deputados, demonstra que ele tem uma grande capilaridade e pode se consagrar como esse candidato da terceira via do Brasil", ressaltou.

Na avaliação de Eliziane Gama, se Pacheco chegar ao segundo turno em 2022, será o próximo presidente da República. "Uma candidatura (alternativa) apresentada com robustez, com envolvimento da sociedade brasileira, com a apresentação de uma proposta de unidade para o Brasil, se chegar ao segundo turno, na minha opinião, vai ser o presidente do Brasil, e o Rodrigo Pacheco encarna isso muito bem", sustentou.

O que disse o presidente do Senado

Veja os principais trechos do discurso de Rodrigo Pacheco

Vítimas da covid-19

"Se por um lado eu tenho a alegria de estar aqui neste momento, por outro não posso deixar de me entristecer pelo saldo de mais de 600 mil brasileiros que foram tirados de nós por essa terrível pandemia. Expresso aqui o meu respeito a todos os profissionais da saúde, a todos que lutaram e seguem lutando bravamente para tratar e salvar vidas. E a todos que perderam amigos próximos, a todas as famílias que perderam seus entes queridos, a minha solidariedade e as minhas orações."

Volta da fome

"Nós vivemos um momento de enorme preocupação quanto ao futuro da nossa nação e da nossa gente. Não há dúvida de que estamos atravessando um dos momentos mais difíceis de toda a nossa história. Nós temos desafios enormes pela frente, que precisam ser enfrentados e solucionados. Desafios sociais e no mercado de trabalho, desafios na área ambiental, na saúde, na educação, na produção de energia e, agora, também o desafio da fome, um flagelo inaceitável que tem castigado tantos e tantos brasileiros, e isso num país tão rico como o nosso. (.) Precisamos,

urgentemente, retirar milhares de brasileiros da miséria absoluta em que vivem. Não podemos tolerar que o nosso país, com a base agrícola, repleto de heróis do campo, tenha um cidadão sequer passando fome."

Impactos da carestia

"O cidadão sente no seu dia a dia os efeitos de uma economia que não deslança, pena com o aumento dos preços dos alimentos, do combustível, do gás de cozinha. Sofre com a falta de emprego e oportunidades de trabalho e, por fim, deixa de acreditar no seu próprio futuro."

Apelo à união

"O caminho para solucionar as várias crises que estamos enfrentando é a união. Quando falamos em unirmos o país é porque chegamos ao limite dos extremos. A boa política decorre de um trabalho conjunto dos agentes do poder, dos representantes do povo. A política, na sua melhor acepção, é a busca do bem comum."

Retomada do diálogo

"Já passou da hora de voltar ao diálogo, de retomar o equilíbrio, o desenvolvimento e a paz. Somente por meio da união de esforços dos agentes públicos é que poderemos fazer respeitar a Constituição, garantindo dignidade, trabalho, moradia, segurança, saúde e educação para a nossa população."

Parafraseando Juscelino

"Como o próprio Juscelino disse um dia: "Queremos, em uma palavra, a paz da justiça, a paz da liberdade, a paz do desenvolvimento"."

Elogio ao partido

"O PSD que me acolhe hoje (ontem), mais do que um partido maduro e um ator importante da cena política brasileira, é um partido comprometido com o Brasil, com uma clara visão de futuro e um projeto sólido para o nosso país."

BC reage a risco fiscal e eleva juros para 7,75%

ROSANA HESSEL

Diante da deterioração das expectativas do mercado e do aumento da desconfiança no governo, refletida na valorização do dólar - que tem ajudando a elevar ainda mais a **inflação** deste ano e do próximo -, o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, precisou dar um sinal de que não vai deixar o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) estourar o teto por dois anos consecutivos. Ao fim da reunião de ontem, o Copom acelerou o ritmo de alta da taxa básica da economia (Selic) e elevou os juros de 6,25% para 7,75% ao ano, o maior patamar desde setembro de 2017, quando era de 8,25%.

Foi a sexta elevação consecutiva da Selic, que estava em 2% ao ano, o menor nível da história, entre agosto de 2020 e março de 2021. Uma alta de 1,5 ponto percentual foi mais forte do que o sinalizado no último Copom, em setembro, mas era esperada pelo mercado depois de o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e o ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciarem que pretendem furar o teto de gastos - regra constitucional que limita o aumento de despesas à **inflação** - a fim de obter recursos para o novo Bolsa Família. E da pior forma possível, segundo analistas: quebrando regras fiscais e dando pedaladas nos precatórios, que são dívidas judiciais transitadas em julgado.

A decisão foi unânime, de acordo com o **comunicado** divulgado pelo Copom após o término da reunião, a penúltima deste ano. A piora nas previsões para o IPCA em 2022, devido aos recentes questionamentos em relação ao arcabouço fiscal, "elevaram o risco de desancoragem das expectativas de **inflação**, aumentando a assimetria altista no balanço de riscos", foi uma das justificativas da medida.

O colegiado ainda sinalizou que na última reunião do ano, fará um aumento de mesma magnitude na Selic. Se isso for confirmado, a taxa básica chegará a 9,25% em dezembro, mesmo patamar de agosto de 2017. Mas, ao que tudo indica, a Selic continuará subindo no ano que vem, podendo chegar a 11% em março, ou mesmo a 11,5% em maio, tornando a política monetária ainda mais contracionista para a atividade econômica.

A meta de **inflação** deste ano, de 3,75%, está perdida,

porque o IPCA acumulado em 12 meses até setembro está em 10,25% e estourou o teto de 5,25%. Para 2022, a meta é menor, de 3,50% e algumas estimativas já superam o teto de 5%. Esse objetivo precisa ser perseguido pela autoridade monetária para manter alguma credibilidade.

Na avaliação do ex-diretor do BC e economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Carlos Thadeu de Freitas Gomes, a decisão do Copom veio na medida certa. Pelos cálculos dele, o IPCA ficará perto de 6% no fim de 2022. "A principal preocupação do Copom deve ser o controle da **inflação**, e, nesse sentido, o BC precisará saber dosar o aumento dos juros, sem ficar melindrado com as pressões dos agentes financeiros, que fazem apostas para o juro futuro cada vez mais altas e ganham com isso. O BC tem que mostrar independência tanto do governo quanto do mercado", disse Gomes, que apostava na alta de 1,5 ponto na Selic e prevê a taxa básica chegando a 11% em março e mantendo-se nesse patamar até dezembro de 2022.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, lembrou que a alta de 1,5 ponto percentual tinha virado consenso e reflete o grau de estresse do mercado diante do desarranjo fiscal. "A mudança no regime fiscal em um momento como o atual, e para ampliar despesas de uma forma desordenada, causa uma péssima impressão nos investidores, porque dá a ideia de que as regras no Brasil são para não serem cumpridas. As expectativas para o próximo ano estavam piorando e, por isso, o BC precisou ser mais agressivo", avaliou Vale, que reduziu de 0,4% para zero a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) no ano que vem.

Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV, também não se surpreendeu com a alta da Selic. "A mensagem principal do **comunicado** do Copom foi em relação ao tamanho do ciclo para cumprir a meta em 2022, e isso exigirá juros de dois dígitos, chegando a 11% no início do ano que vem", disse.

Com a Selic em 7,75% ao ano, o Brasil lidera o ranking das taxas de juro real (descontada a **inflação**) em um levantamento feito pela Infinity Asset com 40 países, considerando uma estimativa média para o custo de vida para os próximos 12 meses. O juro real brasileiro, de 5,96% ao ano, é quase o triplo do

praticado pelo México.

Meteoro na dívida

Com a alta mais forte na Selic, o governo pode segurar a **inflação**, mas terá um novo problema pela frente: o aumento da dívida pública. Conforme dados do Banco Central, para cada ponto percentual a mais na taxa básica, a dívida pública bruta aumenta em R\$ 31,8 bilhões por ano. Logo, apenas com essa alta de três pontos percentuais na reunião de ontem e na próxima, o custo da dívida vai crescer em R\$ 94,9 bilhões. O valor é superior ao dos precatórios que vencem no ano que vem, de R\$ 89,1 bilhões, que o ministro Paulo Guedes classificou como um "meteoro" nas contas do governo. Esse cairá no bolso dos brasileiros.

Escalada

Com o aperto decidido pelo Banco Central, taxa básica de juros vai ao maior patamar desde setembro de 2017

Taxa Selic (em % ao ano)



*Sinalização para a próxima reunião do colegiado

R\$ 31,8 bilhões

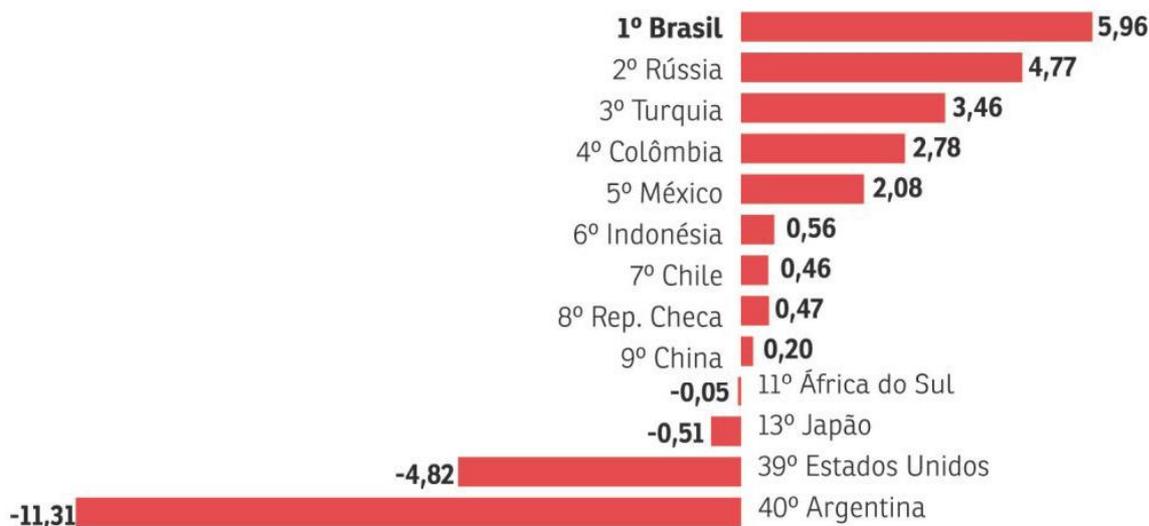
custo do aumento da dívida pública ao ano a cada alta de 1 ponto percentual na Selic

5,25%

Teto da meta de inflação de 2021, quase metade do IPCA acumulado em 12 meses até setembro, de 10,25

RANKING DE JUROS REAIS

Taxa de juros real (% ao ano)



Fardo para a economia (Editorial)

A farrá fiscal do governo e a disparada da **inflação** levaram o Banco Central a pisar no acelerador. O Comitê de Política Monetária (Copom) aumentou a taxa básica de juros (Selic) em 1,5 ponto percentual, para 7,75% ao ano, o nível mais alto desde setembro de 2017. O BC avisou que outra elevação, na mesma magnitude, ocorrerá em sua última reunião do ano, em dezembro. Portanto, no mínimo, a Selic encerrará 2021 em 9,25%. Um baque para a economia.

O quadro, no entanto, pode ser ainda pior: todas as projeções de especialistas apontam que a subida dos juros continuará nos primeiros meses de 2022. No pior dos cenários, a Selic irá até 12%. Para uma atividade caminhando a passos lentos, com 13,7 milhões de desempregados, não poderia ser mais desastroso. Mas não restou outra alternativa ao Banco Central a não ser agir com rigor para conter o custo de vida, que está acima de 10%, o que não se via desde 2016. A **inflação** é o maior dos males, sobretudo para os mais pobres.

É preciso ressaltar que a carestia é um problema global, mas, no Brasil, a situação se agravou por causa dos erros em série do governo - entre as 40 maiores economias do planeta, o país só está atrás da Turquia e da Argentina. A crise política alimentada pelo Palácio do Planalto empurrou o dólar para cima, contaminando todas as cadeias de preços, principalmente dos combustíveis. Ao optar por furar o teto de gastos - instrumento que limita o aumento das despesas do governo à **inflação** -, o Ministério da Economia engrossou a onda de desconfiança.

A pesadafatura ficará clara no próximo ano. O país pode mergulhar na recessão, com **inflação** acima da meta, juros em níveis contracionistas, contas públicas no vermelho e desemprego ainda assustando. O BC admite que todos os indicadores que leva em consideração na hora de definir os rumos da política monetária pioraram. Nem mesmo o mercado externo, que vinha dando um alívio, ajudará o Brasil, especialmente se o Federal Reserve (Fed), o BC dos Estados Unidos, seguir o roteiro traçado, de retirar os estímulos à economia e subir os juros.

A expectativa era de que, com o avanço da vacinação e a reabertura de todos os setores, a economia deslanchasse. Contudo, a política desastrosa conduzida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, inundou o Brasil de pessimismo. Diante da **inflação** alta e do crédito caro, os consumidores frearem a demanda. Sem previsibilidade, as empresas

suspenderam os investimentos. A roda da produção perdeu força e tende a parar daqui por diante se o governo não fizer o que precisa ser feito: retomar o ajuste fiscal.

Em janeiro deste ano, a Selic estava em 2% ao ano. Era o mundo ideal. Mas tudo durou pouco porque o Banco Central subestimou a **inflação** - insistiu que era temporária -, o descompromisso com a austeridade fiscal se escancarou, o Congresso não avançou com as esperadas reformas e o governo se tornou uma fonte de crises. Agora, é contar com São Pedro para chover muito e reverter a crise hídrica, que encareceu a conta de luz, e torcer pelo bom senso. O fardo para o Brasil está pesado demais.

frases

"

O mercado é um nervosinho

Jair Bolsonaro, presidente da República, ao ser questionado sobre as reações dos investidores a uma possível flexibilização do teto de gastos

Às vezes, quem destrói o frete é o próprio caminhoneiro

Tarcísio de Freitas, ministro da Infraestrutura, ao destacar que as questões pedidas pelos caminhoneiros são problemas complexos, que não têm solução simples

"

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - DF
Fardo para a economia

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Como concursos contribuíram para a consolidação dos empregos públicos (Artigo)

Jefferson Rodrigues

Instituído pelo presidente Getúlio Vargas em 1937, o 28 de outubro celebra o Dia do Servidor Público para homenagear todos os profissionais que ocupam cargos públicos no Brasil. O concurso público, hoje, é a principal porta de entrada para cargos da Federação, dos estados e municípios, e a garantia de estabilidade é um dos principais fatores pelos quais essas funções sejam tão desejadas.

A combinação entre empregos públicos e concursos é antiga: e começou justamente em 1937, quando a primeira prova para concorrer a um cargo público foi aplicada. Cinco mil candidatos disputaram vagas para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. Na época, esse era um número de participantes bastante expressivo.

E, até os dias de hoje, o Brasil possui um grande número de trabalhadores frutos de concursos públicos. Segundo a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), em relação à população empregada no Brasil, 12,5% dos trabalhadores são **servidores públicos**. Esse percentual é abaixo da média de outros países desenvolvidos, que chegam nos 17,8%. Entretanto, aproximadamente 15% do **PIB** brasileiro corresponde ao valor pago dos salários e previdência dos **servidores públicos**, porcentagem maior que México e Inglaterra.

O método de seleção, juntamente com o regime de estabilidade, é fundamental para garantir a continuidade dos serviços, protegendo o servidor e o Estado de práticas de um ou outro agente político em detrimento do interesse público. Esse cenário vem para garantir uma impessoalidade ao trabalho público, isenta de opiniões partidárias ou pressões políticas.

Resistente às alternâncias de poder, o funcionalismo público é um importante mecanismo para os serviços essenciais para a população. Assim, o sistema de concursos cresceu, se desenvolveu e, por consequência, atraiu muitos brasileiros.

Evitando processos seletivos demorados, os concursos são considerados seguros para testar as competências de quem vai prestar um serviço à população. Além disso, para que haja continuidade em

projetos e serviços, índices de turnover do serviço público são mais baixos em comparação ao sistema privado, um ponto a mais para garantir eficiência operacional e estabilizar o clima organizacional sem que nenhuma instabilidade política interfira no trabalho.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Juros sobem para 7,75%

Decisão dos
diretores do Banco
Central foi
unânime e nova
elevação de 1,5
ponto será feita em
dezembro

MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL - 13/4/20



Rosana Hessel

O Banco Central elevou ontem a taxa básica de juros de 6,25% para 7,75% ao ano. É o maior patamar dos últimos quatro anos. A decisão da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) de elevar os juros básicos em 1,50 ponto percentual foi unânime em meio à piora

no quadro fiscal. Com isso, o BC acelera o ritmo de aperto monetário, iniciado em março, quando a Selic estava em 2% ao ano, o menor patamar da história. Analistas avisam que a Selic poderá subir mais e voltar para o patamar de dois dígitos até o início de 2022 para o controle da **inflação** oficial, que vai estourar o teto da meta de **inflação** oficial deste ano, de 5,25%, e pode superar o de 2022, de 5% ao ano.

Apesar de o Copom ter sinalizado na reunião de setembro que faria um ajuste gradual de 1 ponto percentual, o aperto precisou ser mais duro devido à piora no cenário fiscal e nas expectativas em relação à **inflação**. No **comunicado**, o Comitê justificou a **decisão** devido à piora no balanço de riscos e anunciou um ajuste da mesma magnitude na última reunião do ano, ou seja, a Selic encerrará 2021 em 9,25% ao ano.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Copom eleva Selic em 1,5 ponto percentual, maior alta desde 2002

Larissa Garcia

BRASÍLIA

O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central elevou a taxa básica (Selic) em 1,50 ponto percentual, a 7,75% ao ano, nesta quarta-feira (27). No **comunicado**, a autoridade monetária sinalizou nova elevação de mesma magnitude na próxima reunião, em dezembro, para 9,25% ao ano.

A taxa é a maior em quatro anos, quando atingiu 7,50% em outubro de 2017.

Esta é a maior alta desde dezembro de 2002, fim do governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Na ocasião, os juros subiram 3 pontos percentuais - de 22% para 25% ao ano.

O comitê disse considerar o ritmo de 1,5 ponto percentual por reunião adequado para levar a **inflação** à meta, mas disse que o nível final da taxa deve "avançar ainda mais no território contracionista". Com isso, a autoridade monetária indica que o patamar final da Selic deve ser maior que o esperado, mas sem especificar qual seria.

O Copom afirmou que, "diante da deterioração no balanço de riscos e do aumento de suas projeções, esse ritmo de ajuste é o mais adequado para garantir a convergência da **inflação** para as metas no horizonte relevante".

"Neste momento, o cenário básico e o balanço de riscos do Copom indicam ser apropriado que o ciclo de aperto monetário avance ainda mais no território contracionista [patamar mais elevado de juros]", ressaltou.

A elevação desta quarta é maior que a indicada pelo BC na reunião anterior, em setembro, quando sinalizou que subiria novamente a Selic em 1 ponto percentual. O presidente da autarquia, Roberto Campos Neto, e diretores reiteraram em eventos dos quais participaram ao longo das últimas semanas que o plano era manter esse ritmo nas decisões seguintes.

Diante da manobra do governo para driblar o teto de gastos na semana passada, no entanto, o BC teve que mudar a postura para tentar levar a **inflação** de 2022 e

2023 à meta.

A decisão veio em linha com as projeções do mercado. Na semana passada, economistas revisaram as expectativas para a decisão desta quarta e passaram a esperar uma resposta mais agressiva da autoridade monetária diante da elevação do risco fiscal.

A maior parte dos economistas consultados pela Bloomberg projetava elevação de 1,5 ponto percentual.

As revisões ocorreram após o governo e seus aliados no Congresso inserirem, na última quinta-feira (21), na PEC (proposta de emenda à Constituição) que adia o pagamento de precatórios uma mudança na regra de correção do teto de gastos que, na prática, expande o limite das despesas federais.

A manobra tem como objetivo abrir espaço orçamentário e turbinar o Auxílio Brasil, programa social que vai substituir o Bolsa Família.

O ruído em torno de uma possível mudança de regime fiscal elevou o chamado prêmio de risco à curva de juros, custo adicionado para cobrir eventuais impactos, e afetou as expectativas para a **inflação**.

O Copom destacou no texto o peso do risco fiscal nas expectativas de **inflação**.

"Apesar do desempenho mais positivo das contas públicas, o Comitê avalia que recentes questionamentos em relação ao arcabouço fiscal elevaram o risco de desancoragem das expectativas de **inflação**, aumentando a assimetria altista no balanço de riscos. Isso implica maior probabilidade de trajetórias para **inflação** acima do projetado de acordo com o cenário básico", disse.

Segundo o BC, o ritmo de aperto monetário é suficiente para levar a **inflação** à meta no horizonte relevante, para quando o comitê entende que a política monetária faz efeito. Atualmente, o período engloba 2022 e 2023.

O Copom enfatizou ainda que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados para assegurar o cumprimento da meta de **inflação** e

"dependerão da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos e das projeções e expectativas de **inflação** para o horizonte relevante da política monetária".

Para este ano, há consenso no mercado e no BC de que a **inflação** deve estourar a meta fixada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) em 3,75% -com 1,5 ponto percentual de tolerância para cima e para baixo.

De acordo com o relatório Focus do BC desta semana, em que são coletadas projeções do mercado, os economistas consultados revisaram mais uma vez para cima as expectativas para a **inflação** de 2021, agora para 8,96%, 3,71 pontos percentuais acima do teto da meta. No boletim anterior, as expectativas estavam em 8,69%.

Hoje, o Copom já mira o controle de preços de 2022 e 2023, com metas de 3,5% e 3,25%, respectivamente.

Para 2022, as projeções também aumentaram para 4,40%, ante 4,18% da pesquisa anterior. Para 2023, as estimativas, que seguiam estáveis em 3,25%, aumentaram pela primeira vez, para 3,27%.

As projeções do BC para **inflação** são de 9,5% para 2021, 4,1% para 2022 e 3,1% para 2023. A análise foi feita com a taxa de juros da pesquisa Focus e taxa de câmbio partindo de US\$ 5,60.

De acordo com a pesquisa, a taxa básica deve encerrar este ano em 8,75% e chegar a 9,75% ao longo de 2022, terminando o ano em 9,50%. Em 2023, a expectativa é que a Selic se reduza para 7%.

"Nesse cenário, as projeções para a **inflação** de preços administrados são de 17,1% para 2021, 5,2% para 2022 e 5,1% para 2023. Adota-se a hipótese de bandeiras tarifárias "escassez hídrica" em dezembro de 2021 e "vermelha patamar 2" em dezembro de 2022 e dezembro de 2023", disse o **comunicado**.

O comitê reiterou que, em seu cenário básico para a **inflação**, permanecem fatores de risco tanto para cima e quanto para baixo.

"Por um lado, uma possível reversão, ainda que parcial, do aumento recente nos preços das commodities internacionais em moeda local produziria trajetória de **inflação** abaixo do cenário básico", ponderou.

"Por outro lado, novos prolongamentos das políticas fiscais de resposta à pandemia que pressionem a demanda agregada e piorem a trajetória fiscal podem elevar os prêmios de risco do país", afirmou.

A escalada de preços no país começou no fim do ano passado decorrente de uma série de choques, como mudança na demanda por alimentos na pandemia, problemas em safras com chuvas e geadas, elevação nos preços das commodities acompanhada de desvalorização do real, e agora a crise hídrica, que encareceu a conta de luz do brasileiro.

O BC pontuou que a **inflação** ao consumidor continua elevada. "A alta dos preços veio acima do esperado, liderada pelos componentes mais voláteis, mas observam-se também pressões adicionais nos itens associados à **inflação** subjacente", disse.

"As diversas medidas de **inflação** subjacente apresentam-se acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta para a **inflação**", colocou.

Segundo economistas, o risco fiscal tem agravado a situação e passou a ser o principal fator para a elevação das expectativas de 2022 e 2023.

Em setembro, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) alcançou dois dígitos no acumulado de 12 meses, com 10,25%.

O economista-chefe da Ativa Investimentos, Éttore Sanchez, concorda que o ritmo é suficiente para levar a **inflação** à meta. "O Copom destacou a piora nos preços dos ativos, nos riscos fiscais e a consequente elevação do juro neutro. De maneira similar reforçou o compromisso com a meta de **inflação**", afirmou.

Para ele, a Selic deve alcançar dois dígitos em 2022, bem acima da estimativa atual de juro neutro, aquele que não aquece nem contrai a economia, que está em torno de 7,5%.

"O BC deve elevar a Selic em 1,5 ponto percentual em mais três reuniões, além de uma alta de 1 ponto e, em seguida, outra de 0,25. Depois, deve iniciar o ciclo de baixa, com redução 0,5 ponto, encerrando 2022 em 11%", projetou.

João Beck, economista e sócio da assessoria de investimentos BRA, disse que o **comunicado** foi mais objetivo que os anteriores.

"No balanço de riscos, o BC aponta exatamente a perda da âncora fiscal como motivo não só para uma elevação de 1,5 ponto mas também para mais uma alta de mesma magnitude em dezembro", destacou.

"Entendemos que, a despeito da responsabilidade fiscal ser fundamental para a ancoragem das expectativas, parte da **inflação** atual está sendo impulsionada por choques de oferta. Sendo assim, pode ser prematura a visão de uma relação mecânica,

automática e imediata dos atuais ruídos políticos sobre a demanda agregada, que exijam um choque de juros desproporcional para contê-la", afirmou o economista-chefe da Órama Investimentos, Alexandre Espírito Santo.

Na visão do analista, movimentos mais acentuados de alta provocariam desaquecimento da atividade "Além disso, poder trazer o espectro da dominância fiscal. Nesse sentido, a elevação de 1,5 ponto percentual ser adequada para as condições de momento", disse.

Marília Fontes, sócia da casa de análise Nord Research, ressaltou que as novas projeções do BC para a **inflação** mostra que o BC teria que levar a Selic acima de 9,75% para alcançar a meta em 2022, mas que precisaria fazer um ciclo de queda depois para chegar ao objetivo em 2023.

O controle da **inflação** é a principal atribuição da autoridade monetária. Para isso, o BC define a meta da taxa básica de juros.

Quando a **inflação** está alta, o Copom sobe os juros com o objetivo de reduzir o estímulo na atividade econômica, o que diminui o consumo e equilibra os preços. Caso contrário, o BC pode reduzir juros para estimular a economia.

Em agosto do ano passado, a Selic alcançou o menor nível da história, de 2% ao ano, como resposta à crise gerada pela pandemia de Covid-19. A taxa permaneceu no patamar até março deste ano, quando o BC iniciou o ciclo de alta.

Em junho, a Selic voltou ao patamar em que estava até 18 de março de 2020 (4,25%), quando o Copom começou a cortá-la em reação aos efeitos da crise sanitária sobre a economia.

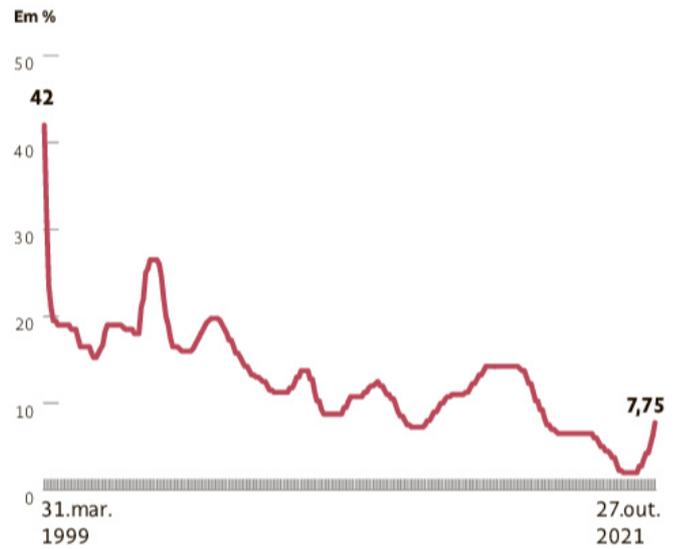
Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49712&anchor=6444141&_ga=2.4706483.1874014895.1635365888-1946347472.1596450023&pd=9b32de772be9541b0b50cf58cd63ec2f



Sede do Banco Central em Brasília Adriano Machado - out.19/Reuters

Taxa básica de juros (Selic)



Elevação da Selic por reunião



Fontes: Bloomberg e Banco Central

Ciclo atual de aumento de juros deve ser o mais agressivo em quase 20 anos

Ao elevar a taxa básica (Selic) nesta quarta-feira (27) em 1,5 ponto percentual, a 7,75% ao ano, o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central reforçou a tese de que o ciclo atual de alta de juros deve ser o mais agressivo desde 2002.

A nova taxa é a mais alta desde 2017, durante o governo Michel **Temer** (MDB).

De acordo com o relatório Focus desta semana, em que o BC divulga projeções do mercado, economistas esperam que a Selic alcance 9,75% ao longo de 2022, 7,75 pontos percentuais acima de quando o BC voltou a elevar os juros, em março deste ano. Na época, a taxa básica estava no menor nível da história, a 2% ao ano.

Para os analistas, o próximo ano deve fechar com os juros a 9,50%.

Algumas instituições financeiras e casas de análise já consideram que os juros devem alcançar os dois dígitos no próximo ano, o que ampliaria ainda mais a distância entre a taxa inicial e a final deste ciclo.

Entre outubro de 2002 e maio de 2003 a Selic escalou 8,5 pontos percentuais. O período começou com 18% e terminou com 26,5% ao ano, segundo série histórica da autoridade monetária.

O ciclo foi marcado por elevações bruscas. Já na primeira reunião, que foi extraordinária (fora do calendário), o BC acrescentou à taxa 3 pontos percentuais, que foi para 21%.

Na época, a autarquia tentava conter a alta do dólar, que ficou próximo de R\$ 4 diante da crise de confiança do mercado com as eleições daquele ano, em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) saiu vitorioso.

Na reunião seguinte o BC manteve a taxa e elevou em 1 ponto percentual no encontro de novembro de 2002. Na decisão de dezembro, o BC elevou novamente a Selic em 3 pontos percentuais, para 25% -desde então, a maior alta aplicada em uma só reunião havia sido de 1 ponto.

Mesmo com o choque de juros, a **inflação** fechou aquele ano em 12,53%, bem acima da meta estabelecida pelo (CMN) Conselho Monetário Nacional

de 3,5% com tolerância de 2 pontos para cima e para baixo.

Desde a criação do regime de metas de **inflação**, em 1999, o Brasil teve seis ciclos completos de alta da taxa básica de juros e passa agora pelo sétimo ciclo, que tem sido mais intenso que o previsto.

O BC começou a usar a Selic como forma de política monetária em março de 1999. Naquele mês, a meta para a taxa básica passou por ajuste, com choque de 20 pontos percentuais, ao passar de 25% para 45% ao ano, sob a gestão de Armínio Fraga.

No primeiro dia no cargo, Fraga convocou reunião extraordinária do Copom e mudou a forma de definir os juros e passou a adotar a Selic, modelo que havia sido desenhado em fevereiro de 2002 por meio de declaração conjunta entre o governo e o FMI (Fundo Monetário Internacional).

Antes, havia um sistema de bandas de juros em que o BC fixava duas taxas, a Tban (Taxa de Assistência), que era o teto, e a TBC (Taxa Básica), que era o piso.

Naquele ano a **inflação** fechou em 8,94%, acima do centro da meta, que era de 6%, mas dentro do intervalo de tolerância de 2 pontos para cima e para baixo.

O último ciclo de alta antes do atual, entre 2013 e 2015, governo de Dilma Rousseff (PT), terminou com elevação de 7 pontos percentuais -de 7,25% a 14,25% ao ano. O patamar foi mantido até outubro de 2016. Durante o período, contudo, as elevações a cada reunião não passaram de 0,5 ponto percentual.

Em 2013 e 2014 a **inflação** encerrou dentro do limite estabelecido pelo CMN, embora perto do teto. Em 2015, entretanto, os preços subiram 10,67%.

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49712&anchor=6444141&_ga=2.4706483.1874014895.1635365888-1946347472.1596450023&pd=9b32de772be9541b0b50cf58cd63ec2f

Desemprego cai, mas renda encolhe, aponta IBGE

Leonardo Vieceli

A taxa de desemprego no Brasil recuou para 13,2% no trimestre encerrado em agosto, informou o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nesta quarta-feira (27).

Segundo o instituto, a baixa foi puxada pelo aumento de pessoas ocupadas, principalmente em postos de trabalho informal. Mas a abertura de vagas, contudo, veio acompanhada por quedas recordes, em termos percentuais, no rendimento médio.

Ou seja, houve maior geração de empregos, mas com renda inferior. Isso guarda relação com a volta do trabalho informal, que costuma ter salários menores, e **inflação** mais alta.

No trimestre anterior, até maio, a taxa de desemprego estava em 14,6% (1,4 ponto percentual acima da mais recente). O indicador era de 14,4% no intervalo de junho a agosto de 2020.

Com o novo resultado, o número de desempregados foi estimado em 13,7 milhões no país. O resultado representa baixa de 7,7% (menos 1,1 milhão de pessoas) ante o trimestre terminado em maio e indica estabilidade na comparação anual.

Os dados são da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua).

Nas estatísticas oficiais, um trabalhador é considerado desocupado se não está atuando e segue em busca de novas oportunidades, com ou sem carteira assinada ou CNPJ.

A taxa de desemprego até agosto (13,2%) veio abaixo do nível esperado pelo mercado. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam indicador de 13,4%.

No trimestre, a população ocupada chegou a 90,2 milhões de pessoas. A marca significa alta de 4% (mais 3,5 milhões de pessoas) ante maio e crescimento de 10,4% (mais 8,5 milhões) no ano.

Dos 90,2 milhões de ocupados, 53,1 milhões (58,9%) eram formais. Os demais 37,1 milhões (41,1%) eram informais.

Em relação ao trimestre anterior, até maio, é possível observar um aumento mais consistente no grupo de trabalhadores sem carteira assinada ou CNPJ. A alta foi de 6,9% (mais 2,4 milhões).

Na mesma base de comparação, o avanço foi de 2,1% entre os formais (mais 1,1 milhão).

De acordo com a pesquisadora Adriana Beringuy, coordenadora de trabalho e rendimento do IBGE, a vacinação contra a Covid-19 e a reabertura das atividades econômicas vêm estimulando a retomada da população ocupada.

"A expansão da ocupação fez com que a taxa de desocupação cedesse."

O IBGE ponderou que o rendimento real habitual dos trabalhadores ocupados recuou para R\$ 2.489 no trimestre até agosto. A marca corresponde a quedas de 4,3% frente ao trimestre anterior (R\$ 2.602) e de 10,2% frente a igual período de 2020 (R\$ 2.771).

Segundo o instituto, as baixas foram as maiores em termos percentuais na série histórica, iniciada em 2012, em ambas as comparações.

"A população ocupada está avançando, mas ainda há indicadores associados à força de trabalho que apresentam um quantitativo desfavorável. A gente está operando, por exemplo, com rendimento em queda", afirmou Adriana.

O número de trabalhadores por conta própria voltou a bater recorde, atingindo 25,4 milhões. A quantia soma a fatia que atua com CNPJ (6 milhões) e a parcela sem o registro (19,4 milhões), mais numerosa.

A chegada da pandemia, em 2020, atingiu em cheio o mercado de trabalho. Com as restrições e a paralisação de empresas, houve destruição de vagas em diferentes setores, e mais brasileiros foram forçados a procurar emprego.

Na visão de analistas, a melhora consistente do quadro depende em grande parte do desempenho do setor de serviços. Esse segmento, o principal empregador do país, sofreu com as restrições na crise porque reúne atividades dependentes da circulação de

clientes.

Bares, restaurantes, hotéis e eventos são exemplos de serviços prejudicados pelo coronavírus. As atividades, agora, têm expectativa mais positiva devido ao avanço da vacinação contra a Covid-19.

Contudo, o aquecimento da economia como um todo, necessário para a melhora do mercado de trabalho, é colocado em xeque por uma série de dificuldades. A preocupação de parte dos analistas com o cenário macroeconômico ganhou força na semana passada.

O motivo foi a decisão do governo Jair Bolsonaro de driblar o teto de gastos para pagar o Auxílio Brasil de R\$ 400, entre outras despesas, como emendas parlamentares.

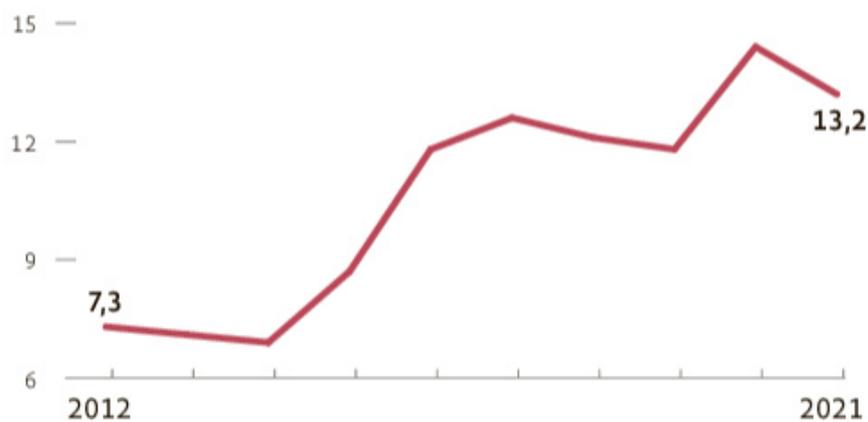
"Ainda há um contingente de desempregados muito alto, 13,7 milhões de pessoas. O quanto elas vão ser afetadas para conseguir ocupação vai depender da dinâmica da economia. A gente sabe que a questão do juro, da **inflação**, acaba comprometendo planos de expansão de investimentos", comentou Beringuy

Site:

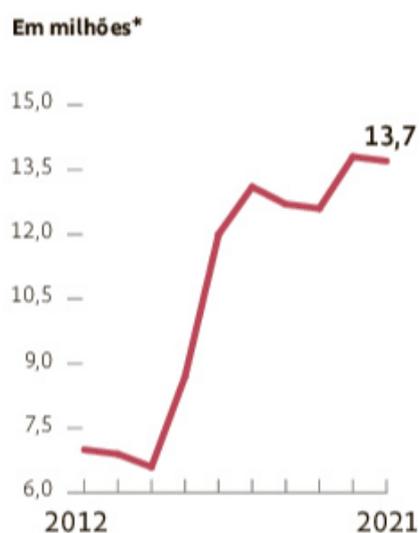
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49712&anchor=6444141&_ga=2.4706483.1874014895.1635365888-1946347472.1596450023&pd=9b32de772be9541b0b50cf58cd63ec2f

Taxa de desemprego

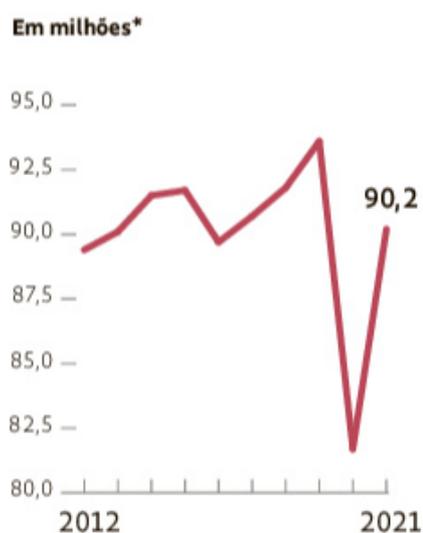
Nos trimestres encerrados em agosto, em %



População desempregada



População ocupada



População ocupada dividida em categorias



*Nos trimestres encerrados em agosto. Fonte: IBGE

Resistência do centro ameaça votação da PEC dos precatórios

Thiago Resende, Danielle Brant e Ranier Bragon

A resistência de partidos de centro, como MDB e PSDB, e o baixo quórum na Câmara dos Deputados ameaçam o plano do governo de votar nesta semana a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que abre espaço no Orçamento para aumentar o valor do novo Bolsa Família.

Mesmo na base aliada do governo não há, até o momento, alinhamento para que a proposta possa ser aprovada com facilidade na Câmara. Por isso, aliados do Palácio do Planalto contavam com o apoio na ala independente da Casa.

O relator da proposta, deputado Hugo Motta (PB), líder do Republicanos, se reuniu nesta quarta-feira (27) com o MDB e PSDB. Apesar de ter explicado e defendido a PEC, essas bancadas ainda estão resistentes ao projeto.

Ministros do governo pressionam deputados da base a comparecerem à sessão desta quinta, em nova tentativa de votar o texto. Para adiantar a tramitação, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), iniciou a discussão da PEC nesta quarta-feira.

Um dos termômetros que medem quórum para votação, o requerimento para tentar acelerar a discussão da PEC mostrou a dificuldade de obter votos para sua aprovação: foram 256 votos a favor e 163 contra. Para a PEC ser aprovada, são necessários no mínimo 308 votos, em dois turnos.

A intenção inicial era promulgar o texto que cria um teto para o pagamento de precatórios -dívidas reconhecidas pela Justiça- a tempo de permitir que o auxílio turbinado começasse a ser pago já em novembro. Inicialmente, a previsão é que o Auxílio Brasil, que vai substituir o Bolsa Família, seja concedido até dezembro de 2022.

Mas entraves na negociação adiaram a votação da PEC na comissão especial e agora no plenário.

Um dos pontos de divergência é a garantia do pagamento de dívidas de repasses do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério). Há cerca de R\$ 15,6 bilhões em precatórios desses para

Bahia, Pernambuco, Ceará e Amazonas.

A oposição usa isso como discurso de que professores perderão recursos se a PEC dos Precatórios for aprovada.

Diante da resistência, inclusive em partidos de centro e da base do governo, Motta passou a avaliar retirar essa verba do teto de gastos -regra que impede o crescimento das despesas acima da inflação.

A tese é que o dinheiro para o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) não é considerado no cálculo do limite de gastos federais.

"Eu não acho que isso seja bom", disse Motta sobre a proposta de retirar os recursos de precatórios do Fundef fora do teto de gastos. "Minha ideia é votar o texto como ele está, porque na minha avaliação ele está muito bom."

Há dúvidas se essa mudança garantiria os 308 votos necessários para aprovar a PEC nesta semana. Para alterar a Constituição, a proposta precisa de 60% dos 513 deputados.

No MDB, a resistência tem entre suas origens o descontentamento do partido com a votação do texto que mudou o cálculo de tributação do ICMS para fixar a incidência do tributo sobre o valor médio do combustível nos últimos dois anos. A legenda era contrária à mudança e argumentou que Lira e o líder do governo na Casa, Ricardo Barros (PP-PR), descumpriram acordo de votar outra proposta.

O PSDB, por sua vez, rejeita violar a regra do teto de gastos e também teme a pressão de professores. Somadas, as duas bancadas têm 66 deputados. Às 9h09, havia 446 deputados presentes na sessão, quórum considerado baixo para votação de PEC.

Por causa da falta de quórum e de votos no plenário da Câmara, líderes governistas passaram a negociar com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), um ato para retomar nesta semana a possibilidade de votação remota.

"Essa é uma possibilidade", admitiu o relator da PEC.

O governo calcula que há cerca de 50 deputados da base fora de Brasília. O recuo de Lira em relação à votação presencial nesta semana permitiria que esses deputados votassem a favor da PEC.

Como prazo curto para viabilizar o aumento para R\$ 400 do Auxílio Brasil, os ministros João Roma (Cidadania) e Ciro Nogueira (Casa Civil) foram à Câmara em busca de uma solução. O governo quer tentar aprovar a PEC ainda nesta semana. Depois a proposta precisa passar pelo Senado, onde precisa de pelo menos 49 votos, em dois turnos.

Na noite desta quarta, Ciro Nogueira voltou à Câmara para tentar negociar o s entraves à votação da PEC. Ele confirmou que a votação do texto principal foi novamente adiada, mas mostrou expectativa de votar nesta quinta. "Essa é nossa intenção", disse.

Deputados dizem que Lira prometeu pôr de 490 a 500 parlamentares no plenário nesta quinta para votar o texto. Mas o quórum preocupa, pois quinta-feira é um dia em que os parlamentares costumam voltar às suas bases.

Líderes governistas avaliam que a resistência da oposição, PSDB e MDB à PEC está ligada a um clima de antecipação das eleições de 2022. A abertura de mais espaço no Orçamento pode fortalecer Bolsonaro na corrida presidencial.

Vice-líder da Maioria, o deputado Neucimar Fraga (PSD-ES) afirma que a orientação é tentar marcar um dia em que os deputados estejam na capital. "Até sugerimos aos ministros do governo que evitem viajar na semana de votação de PEC, porque cada um que faz uma viagem leva cinco, seis, sete deputados para o estado dele, e os deputados não voltam", disse.

"Então, enquanto não votar essas matérias importantes que requerem um quórum qualificado, que os ministros não façam viagem às bases eleitorais para não levar os deputados com eles."

A PEC foi aprovada na noite de quinta-feira (21) na comissão especial da Câmara. Desde esta terça (26), Motta faz um tour nas bancadas de partidos da base, independentes e de oposição ao governo.

A varredura prévia não mostrou, por enquanto, margem para que a votação da PEC no plenário seja garantida, e sem chances de derrota.

Por isso, governistas estão adotando tom de cautela em relação à previsão de análise da proposta nesta quarta.

A PEC foi editada para alterar as regras de pagamento

de precatórios. Foi incluído no texto, porém, um dispositivo para driblar a regra do teto, o que garante mais recursos ao governo já em 2022, ano em que Bolsonaro pretende concorrer à reeleição.

O conjunto das alterações previstas -mudança na regra dos precatórios e no teto- cria um espaço orçamentário de R\$ 83 bilhões no ano eleitoral de 2022.

Texto pode ir direto ao plenário, diz Pacheco

Segundo o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), assim que for aprovada pelos deputados, a PEC dos precatórios será apreciada pelos senadores com a "celeridade devida". "Talvez, diante da celeridade que precisa se dar [...], nós possamos invocar o normativo que existe hoje, a possibilidade de se ir direto ao plenário do Senado", prometeu.

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49712&anchor=6444141&_ga=2.4706483.1874014895.1635365888-1946347472.1596450023&pd=9b32de772be9541b0b50cf58cd63ec2f

Após furo do teto, BC promove maior alta dos juros em 19 anos

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central elevou em 1,5 ponto porcentual a taxa básica de juros da economia, para 7,75% ao ano, o maior nível desde outubro de 2017. Os principais fatores que levaram à decisão foram a **inflação** persistente e o aumento do risco fiscal, com a tentativa do governo de alterar o teto de gastos - regra que limita as despesas à **inflação**. A Selic não subia tanto em uma reunião desde dezembro de 2002, quando passou de 22% para 25%. O Copom indicou que deve fazer um ajuste da mesma magnitude em dezembro.

E N Política monetária __ B1 a B3

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Congresso planeja aumento bilionário para emendas sem transparência



Lira preside sessão da Câmara; por meio de transferências especiais, parlamentares pretendem elevar o valor destinado a seus redutos

BRENO PIRES DANIEL WETERMAN BRASÍLIA

Investigadas por mais de um órgão de controle, as emendas parlamentares devem receber ainda mais dinheiro no Orçamento de 2022, ano de eleição.

Deputados e senadores articulam uma espécie de "trem da alegria", com o objetivo de aumentar os valores que podem receber do governo para enviar a seus redutos eleitorais.

Essa distribuição ocorre por dois caminhos: a chamada emenda de relator (RP9), âncora do orçamento secreto, e por meio da ampliação das transferências tipo "cheque em branco", nas quais prefeitos e governadores podem usar o dinheiro livremente, sem precisar prestar contas ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Como o Estadão mostrou ontem, parlamentares querem usar a possibilidade de estouro do teto de gastos - regra que impede o governo de aumentar despesas além da **inflação** - para destinar R\$ 16 bilhões às suas bases, por meio de emendas de relator. Por esse modelo, o dinheiro é enviado a prefeituras e governos estaduais indicados por congressistas sem critérios claros. O formato de repasse, criado em 2019 pelo governo Bolsonaro, permite o "toma lá, dá cá", uma vez que o Planalto troca emendas por apoio no Congresso.

Em outra frente, deputados e senadores pretendem ampliar o valor enviado a seus redutos por intermédio das chamadas transferências especiais, batizadas no Congresso de "emendas cheque em branco" ou "PIX orçamentário". O mecanismo é mais uma forma nebulosa de parlamentares destinarem recursos públicos para suas bases. A prática permite que as emendas sejam aprovadas no Orçamento da União

sem detalhamento de como o dinheiro será aplicado.

LIMITE. A transferência direta só é permitida nas emendas individuais, limitadas a R\$ 16 milhões por parlamentar. Uma proposta aprovada em julho na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), vetada depois por Bolsonaro, autoriza que o mecanismo também seja usado nas emendas de bancadas.

Além da derrubada do veto, parlamentares devem aprovar uma medida que permite fracionar essas emendas. Com isso, os congressistas terão mais R\$ 5,7 bilhões para incluir no "cheque em branco" que pretendem enviar a prefeitos e governadores aliados.

A possibilidade de ampliar as transferências diretas preocupa técnicos do Congresso, que recomendaram aos parlamentares a manutenção do veto de Bolsonaro. O secretário especial da Presidência Bruno Grossi também já demonstrou preocupação. "Infelizmente, a gente teve um fator não desejável nesses processos, que foi a perda de transparência em torno das emendas individuais por meio das transferências especiais", disse Grossi.

Os dois movimentos - o que aumenta o montante de emendas e o que as torna menos transparentes - ocorrem no momento em que o próprio governo admite a existência de um "feirão de emendas" no Congresso. O Estadão revelou que pelo menos três deputados e um senador são investigados pela Polícia Federal sob suspeita de cobrar comissão para destinar recursos a uma determinada prefeitura.

PRECATÓRIOS. Com a chave do cofre das emendas de relator, o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), tem condicionado a ampliação dos recursos à aprovação da PEC dos Precatórios, que limita o pagamento de dívidas judiciais e altera a forma de cálculo do teto de gastos. A intenção é abrir espaço no Orçamento para o novo programa social do governo, o Auxílio Brasil.

A medida, porém, proporciona um "espaço extra" de R\$ 83,6 bilhões no Orçamento no qual daria para encaixar o novo Bolsa Família e as emendas de relator. Sobraria dinheiro, ainda, para um fundo eleitoral mais gordo (mais informações nesta página).

"Agora articula-se utilizar a folga de orçamento para

alimentar interesses de bases eleitorais através das emendas de relator. Irresponsabilidade fiscal para fins eleitorais", disse a deputada Adriana Ventura (Novo-SP). Para o deputado Danilo Forte (PSB-CE), aumentar os gastos no Orçamento para contemplar interesses eleitorais de parlamentares é uma "afrenta" à situação do País. Procurado, Arthur Lira não se manifestou até a conclusão desta edição.

"Articula-se utilizar a folga de orçamento para alimentar bases.

Irresponsabilidade fiscal para fins eleitorais." Adriana Ventura (Novo-SP) Deputada

Modalidades de repasses

I Emenda individual São indicações que cada deputado ou senador tem direito de fazer no Orçamento. Desde 2015, o governo federal é obrigado a executar tais despesas.

Cada parlamentar pode indicar R\$ 16 milhões.

I Emenda de bancada Parlamentares também têm direito de fazer indicações com a bancada de seus Estados.

Cada uma das 27 bancadas pode definir como o governo deve gastar R\$ 213 milhões em obras e serviços.

I Emenda de relator Permite ao relator-geral do Orçamento definir onde serão alocados recursos, além das emendas individuais e de bancada. É o mecanismo usado pelo governo no orçamento secreto, com a liberação de recursos sem transparência e critérios técnicos.

I Transferência especial Chamada de "emenda cheque em branco", essa modalidade é um mecanismo de transferência de emendas individuais sem que o parlamentar tenha de definir projetos e detalhar como devem ser usados os recursos.

Parlamentares tentam ampliar fundo eleitoral para R\$ 5 bilhões

O financiamento público de eleições no Brasil foi adotado em 2018, após o Supremo Tribunal Federal (STF) proibir doações de empresas para campanhas. Naquele ano, o montante foi de R\$ 1,7 bilhão.

Já para as eleições de 2022, os recursos podem chegar a R\$ 5 bilhões.

O Congresso aprovou na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022 um valor de R\$ 5,7

bilhões para o fundo eleitoral. No entanto, a Presidência vetou. No Projeto da Lei Orçamentária Anual de 2022, que definirá a distribuição do Orçamento, o Palácio do Planalto previu R\$ 2 bilhões para o fundo eleitoral. No entanto, a articulação no Congresso deve elevar o valor para entre R\$ 4 bilhões e R\$ 5 bilhões.

Eventual aprovação da PEC dos Precatórios facilitaria que se chegasse ao valor maior. Uma estimativa elaborada pela área orçamentária da Câmara avalia que, com ela, além dos R\$ 5 bilhões do chamado "fundão", pode-se obter R\$ 16 bilhões para emendas de relator-geral, o mecanismo do orçamento secreto.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Novos impasses arrastam PEC dos precatórios

**IDIANA TOMAZELLI ADRIANA FERNANDES ANNE
WARTH BRASÍLIA**

A decisão do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (Progressistas-AL), de retomar as votações presenciais nesta semana dificultou o avanço da PEC dos precatórios, essencial para o governo lançar o Auxílio Brasil turbinado a R\$ 400 e os parlamentares faturarem um valor maior de emendas no Orçamento de 2022. Congressistas não retornaram a Brasília e, sem poder marcar presença a distância, desfalcaram o quórum necessário para que o texto fosse à votação com segurança de um placar favorável.

Até as 21h, governistas contavam os votos para ver se seria possível votar a PEC hoje, o que muitos consideram improvável. Caso fique para a semana que vem, o cenário é mais delicado, pois há feriado e o presidente da Câmara e seu vice, Marcelo Ramos (PL-AM), viajarão para a COP-26.

Em meio ao impasse em relação ao quórum, cresceram as articulações por mudanças no texto da PEC, que hoje limita o pagamento dos precatórios (dívidas judiciais) e altera a correção do teto de gastos, regra que impede aumento de despesas acima da **inflação**.

A principal mudança seria a retirada dos precatórios do Fundef do teto de gastos. Trata-se de uma dívida de pouco mais de R\$ 15 bilhões com Estados, entre eles Bahia, Ceará e Pernambuco (comandados por partidos de oposição ao presidente Jair Bolsonaro), decorrente de repasses a menos feitos no passado ao fundo de educação básica. Segundo apurou o Estadão/Broadcast, o governador da Bahia, Rui Costa (PT), ligou para deputados para intensificar o corpo a corpo.

VOTOS EM FALTA. O relator, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), tem defendido seu parecer, mas se mostrou aberto a negociações. Além da oposição, até bancadas que costumam votar com o governo estão divididas. Aliados do governo admitem que, sem resolver o impasse do Fundef, pode faltar voto. Hoje, o cálculo é que estão assegurados 240 a 250 votos pela aprovação da proposta. Um acordo em torno dos recursos para Estados poderia garantir outros 60 a 80 votos.

O Estadão apurou que, em reunião virtual de bancada, o MDB decidiu votar contra. O PSDB está rachado. Além do Fundef, pesa o risco de desfiguração do teto de gastos, com nova fórmula de correção.

Até o início da noite, os ministros João Roma (Cidadania) e Ciro Nogueira (Casa Civil) buscavam uma saída. Eles se reuniram com Lira, Motta e outros congressistas. "Meu apelo é que Congresso possa apreciar essa matéria para não faltarmos com 17 milhões de brasileiros", disse Roma.

Perguntas Respostas

A origem e as mudanças na PEC dos precatórios

O que era?

Foi apresentada para resolver o "meteoro" de R\$ 89,1 bi de precatórios em 2022 O que se tornou?

Numa porteira aberta para as demandas políticas-eleitorais com a justificativa de garantir o auxílio de R\$ 400 O que muda para os precatórios?

Muda a forma de pagamentos fixando um teto anual dessas despesas e postergando o restante para os anos seguintes. Permite que R\$ 50 bilhões sejam pagos depois ou negociados com desconto ou em troca de ativos com despesas fora do teto O que muda no teto?

O teto de gastos sobe de forma permanente com a mudança na correção. Ele é corrigido hoje por **inflação** em 12 meses até junho do ano anterior ao da vigência.

Com PEC, a correção seria de 12 meses até dezembro anterior, o que pode ficar entre 9% e 10%. Anos anteriores também serão recalculados, o que abre, sozinho, espaço de ao menos R\$ 40 bi no teto para gastos como emendas de relator O que ganham os prefeitos?

Um Refis para parcelar dívidas previdenciárias com descontos. Um jabuti no texto O que ganham os governadores?

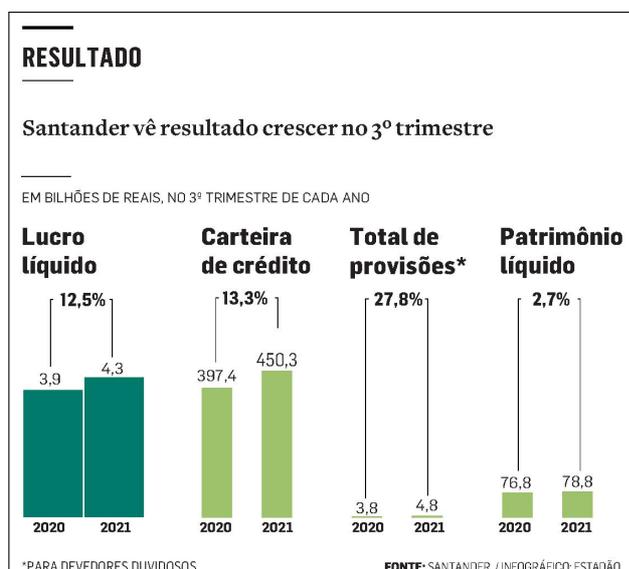
Securitização de dívida ativa, demanda antiga Quanto a PEC abre de espaço para gastar mais em ano

eleitoral?

É uma incógnita. Governistas falam em R\$ 83 bi, mas especialistas afirmam que pode superar R\$ 94 bi

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Lucro do Santander cresce 12,5% no 3º trimestre e vai a R\$ 4,3 bi



MATHEUS PIOVESANA ALTAMIRO SILVA JUNIOR

Veio cheio de recordes o penúltimo balanço da gestão do presidente Sérgio Rial no Santander Brasil. No terceiro trimestre, o banco elevou o lucro líquido em 12,5%, para R\$ 4,3 bilhões, e teve a melhor rentabilidade de sua história: 22,4%.

Dentro do programa de sucessão do banco, Rial deixa o cargo no início de 2022 e será substituído por Mario Opice Leão.

A volta do consumidor às ruas com o avanço da vacinação ajudou, assim como a forte atividade do mercado de capitais entre julho e setembro.

Agora, porém, o mercado teme que a desaceleração da economia desligue os principais motores do crescimento do banco no País.

No terceiro trimestre, a carteira de crédito do Santander cresceu 13,1%, impulsionada por empréstimos a pessoas físicas, que subiram 21,3%, e a pequenos e médios negócios, com alta de 17,3%. Estes públicos costumam ser mais rentáveis para os bancos. Por outro lado, embutem maior risco.

A origem dos resultados agradou a analistas, mas também levantou questionamentos sobre a capacidade do banco de manter o ritmo caso a forte desaceleração da economia prevista para 2022 se

concretize.

O diretor financeiro do Santander, Angel Santodomingo, buscou afastar temores. "Não ficaria surpreso se a alta do crédito superar este patamar (de 7%) no ano que vem", afirmou. Ele usou, contudo, a estimativa de que o PIB brasileiro cresça de 1% a 2% no próximo ano - bem mais do que outros bancos têm previsto.

Sérgio Rial disse que o crédito para pessoas físicas, um dos pilares do resultado, deve desacelerar em 2022. Ele acredita que o avanço em 2021 é fruto de uma demanda represada durante a pandemia. Para Rial, as variáveis "estão dadas" para que a inadimplência cresça em 2022. "A combinação entre **inflação** e juros mais altos vai gerar uma gestão mais ativa de inadimplência", disse.

A inadimplência do Santander, medida pelos atrasos acima de 90 dias, subiu de 2,2%, no segundo trimestre, para 2,4% no terceiro, patamar ainda abaixo do visto antes da pandemia. O mercado esperava alta até maior. Por isso, o dado do banco espanhol não foi considerado alarmante.

NO RADAR. Ainda assim, a trajetória do crédito é um ponto de alerta. "Com um cenário normalizado e taxas de juros mais altas, a administração também espera uma deterioração natural da qualidade dos ativos", escreveram Jörg Friedemann e Gabriel Nóbrega, analistas do Citi, em relatório.

No trimestre, as despesas do Santander com provisões contra calotes subiram 27,8% ante o ano passado, para R\$ 4,8 bilhões. O banco, que durante a pandemia reforçou menos as reservas do que seus rivais, atribuiu a elevação à maior concessão de empréstimos. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Subsídio ao gás vai à sanção presidencial

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187048?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187048?page=1§ion=1

Bônus para Auxílio Brasil é de pouca eficácia, diz ex-secretaria de Renda

Fabio Graner

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187048?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187048?page=1§ion=1

Bolsonaro diz que não tem como pagar precatórios

Matheus Schuch e Fabio Murakawa

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187048?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187048?page=1§ion=1

Disputa de partidos por filiação de Bolsonaro mostra que presidente ainda terá força em 2022

Malu Gaspar

Todas as pesquisas de opinião disponíveis no Brasil mostram que, se as eleições presidenciais fossem hoje, teríamos um segundo turno entre Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva. As projeções indicam ainda que o petista ganharia do presidente por larga margem. Nos últimos meses, os índices de popularidade de Bolsonaro têm derretido.

Exército: Estadia irregular de Pazuello em hotel de trânsito irrita Alto Comando

Esses fatores estão orientando a estratégia da esquerda, que, assim como parte da opinião pública, calcula seus movimentos para 2022 baseando-se na presunção de que Bolsonaro já era. Parando para analisar com mais calma os fatos dos últimos dias, porém, a coisa muda de figura.

Todas as pesquisas de opinião disponíveis no Brasil mostram que, se as eleições presidenciais fossem hoje, teríamos um segundo turno entre Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva. As projeções indicam ainda que o petista ganharia do presidente por larga margem. Nos últimos meses, os índices de popularidade de Bolsonaro têm derretido.

Exército: Estadia irregular de Pazuello em hotel de trânsito irrita Alto Comando

Esses fatores estão orientando a estratégia da esquerda, que, assim como parte da opinião pública, calcula seus movimentos para 2022 baseando-se na presunção de que Bolsonaro já era. Parando para analisar com mais calma os fatos dos últimos dias, porém, a coisa muda de figura.

A CPI da Covid aprovou na terça-feira seu relatório pedindo o indiciamento de Bolsonaro por nove crimes, mas encontrará na Procuradoria-Geral da República uma barreira sólida - Augusto Aras, que já está bolando formas de postergar qualquer iniciativa a respeito.

Blindagem presidencial: CPI da Covid já tem atalho para denunciar Bolsonaro sem depender de Augusto

Aras

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, deu sinais de que não pretende fazer avançar nenhum eventual pedido de impeachment decorrente da CPI.

Tudo indica que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) arquivará o pedido de cassação da chapa Bolsonaro-Mourão por disparo em massa de mensagens na campanha eleitoral de 2018.

No STF, o ministro Kassio Nunes Marques, nomeado por Bolsonaro, acaba de reconduzir ao cargo o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Domingos Brazão, ex-deputado estadual investigado na CPI das Milícias e afastado por suspeita de corrupção.

Atos antidemocráticos: Zé Trovão diz que está no Brasil e vai se entregar à Polícia Federal

Isso depois de uma semana em que Paulo Guedes perdeu quatro auxiliares-chave, numa debandada contra a mudança de regras que permitirá ao governo extrapolar o teto de gastos. A saída fez o dólar registrar sua maior alta desde abril e a Bolsa, a maior queda em um ano.

Para completar, na noite de domingo vazou um áudio em que o controlador do BTG, André Esteves, se gabava de dar conselhos a Arthur Lira sobre como lidar com a crise na economia e contava, na maior naturalidade, sua troca de ideias com o presidente do Banco Central sobre o patamar ideal para a taxa de juros.

Em qualquer país sério, o episódio teria causado um furdunço. No Brasil, foi o contrário. O dólar e a Bolsa estabilizaram, no que observadores mais irônicos interpretaram como reação favorável do mercado ao constatar quem de fato está no comando.

O orçamento e as eleições : O Auxílio Brasil na casa da mãe Joana

Com tudo isso acontecendo, os líderes dos principais partidos do Centrão, PL e PP, estão disputando a

tapas a filiação de Jair Bolsonaro e sua trupe em suas legendas.

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, divulgou um vídeo anunciando ter convidado Bolsonaro e seus filhos "e fiéis seguidores da causa brasileira", esperando que o presidente da República anunciasse a filiação no dia seguinte, mas o PP de Lira e Ciro Nogueira atravessou a negociação.

Os dois prometeram a Bolsonaro mais espaço para seus candidatos e ouviram dele que tinham voltado ao primeiro posto na fila de suas preferências.

Crise na Economia: Fritura de Guedes começou em reunião de ministros que teve show da fome

Lira, Nogueira e Costa Neto não são neófitos na política, nem consta que se movam por paixões ideológicas. Quem abrigar Bolsonaro em seu partido terá de ir até a urna com ele. Portanto, se estão cortejando Bolsonaro com tamanha sofreguidão, é porque entendem que, mesmo com os péssimos prognósticos na economia e o cenário desanimador das pesquisas, estar colado ao presidente da República ainda vale mais que abandoná-lo e pular de canoa no meio da corrida eleitoral.

Para esses caciques, o jogo é usar as verbas e o apelo eleitoral que Bolsonaro ainda tem para engordar suas bancadas no Congresso no pleito de 2022 e ingressar com mais força no novo governo em 2023, qualquer que seja ele.

Isso mostra que as pesquisas estão erradas? Não necessariamente.

Reforma ministerial: Com Ciro Nogueira no ministério, Bolsonaro entrega seu futuro político ao Centrão

Mas sugere que é muito cedo para considerar que Bolsonaro já era. O presidente ainda é forte na disputa. E se tornará um adversário ainda mais difícil de bater se souber usar a seu favor os R\$ 5 bilhões previstos para o fundo eleitoral, mais os quase R\$17 bilhões ainda disponíveis no orçamento secreto.

No fundo, a disputa para filiar o presidente é uma demonstração de que, para o Centrão, ele pode representar um risco à democracia, uma tragédia para a saúde pública e uma temeridade para a economia.

Bolsonaro e o Centrão: Não fica um, meu irmão

Mas, enquanto esses caciques e suas necessidades estiverem bem contemplados, a sobrevivência política de Bolsonaro está assegurada. Por aí se calcula

quanto custará mantê-lo vivo até o final de 2022. Será uma conta que todos vamos pagar.

Site: <https://blogs.oglobo.globo.com/malu-gaspar/post/disputa-de-partidos-por-filiacao-de-bolsonaro-mostra-que-presidente-ainda-tera-forca-em-2022.html>

Em carta, centrais sindicais pedem renovação da desoneração da folha

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187048?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187048?page=1§ion=1

Bolsonaro, o réu confesso (Artigo)

RUDOLFO LAGO É DIRETOR DE CONGRESSO EM FOCO ANÁLISE, GANHADOR DO PRÊMIO ESSO

A **inflação** atinge a casa dos dois dígitos. O desemprego a de 15 milhões de pessoas. Há grupos de brasileiros que desenvolveram métodos de burlar o compactador das caçambas dos caminhões de lixo para buscar ali alimentos. Outros disputam ossos nas portas dos açougues. Há fome em meio a 600 mil mortos pela covid-19. Então, o que faz o presidente Jair Bolsonaro em meio a todo esse quadro? Quando mais da metade da população brasileira já se imunizou, ele ataca as vacinas afirmando de forma totalmente falsa que elas podem provocar Aids.

Como vimos na sessão que aprovou o relatório da CPI da Covid, a tropa de choque bolsonarista fez ali o seu papel de defender Bolsonaro das acusações contra ele. Mas a verdade, cá entre nós, a maioria deles talvez não tenha assim tanta convicção quanto ao que falou em defesa do presidente. Porque as coisas que estão escritas no relatório da CPI da Covid são todas confirmadas pelo comportamento do presidente Jair Bolsonaro.

Às vésperas de receber a acusação de que cometeu crime contra a humanidade, Bolsonaro associa na sua live de quinta-feira da semana passada as vacinas contra a covid-19 à Aids. A argumentação feita no relatório da CPI para imputar ao presidente esse grave crime, cujo julgamento é feito pela Corte Penal Internacional, baseia-se no fato de Bolsonaro ter desestimulado a aquisição e o uso de vacinas para conter a pandemia, apostando na imunidade de rebanho e no uso de medicamentos ineficazes. Como os governistas poderão dizer que isso é mentira se o presidente usa seu espaço de comunicação com o público para dizer que as vacinas provocam Aids? Se ele mesmo se recusa a tomar vacina? Se, diante das barbaridades ditas pelo presidente, o Brasil é o segundo país no mundo com mais mortes pela covid-19, perdendo apenas para os Estados Unidos, a matriz de tal negacionismo com Donald Trump e os seus seguidores?

Bolsonaro, assim, confessa o crime que a CPI da Covid lhe imputa. Talvez porque julgue que nada disso tenha maiores consequências. A in consequência faz parte do seu método, como fazia parte do método de Trump. A in consequência é parte do método dos populistas da nova direita.

Nas várias estratégias diversionistas que Bolsonaro

trouxe para a política copiada de métodos militares na cartilha imaginada por Steve Bannon está produzindo absurdos que desviam a atenção das pessoas dos problemas reais. Bolsonaro faz isso desde o vídeo do "golden shower" no carnaval do seu primeiro ano de governo. Ou antes. Tais tolices provocam a atenção do público, geram reações e ataques, que desviam o foco dos problemas de um país que por pouco não perdeu oficialmente na semana passada seu ministro da Economia, Paulo Guedes, embora o tenha perdido na prática, já que o abandono da política de responsabilidade fiscal é tudo o que Guedes prometeu que não faria.

O que talvez Bolsonaro não tenha percebido - e Trump provavelmente também não percebeu antes - é que a pandemia da covid-19 é coisa muito mais séria e trágica que um vídeo pornô de carnaval. Ao mentir sobre ela, Bolsonaro colaborou para a morte de pessoas. Colaborou para aumentar riscos para todo o planeta. Colaborou para comprometer a economia do seu país, ao contrário do seu discurso de preocupação com ela.

O relatório da CPI está aprovado.

Veremos agora que consequências ele terá tanto nos tribunais internos quanto nos internacionais. O que precisamos mesmo saber é se as coisas contidas no texto escrito pelo senador Renan Calheiros - e reforçadas a todo momento pelas falas e ações de Bolsonaro - importam mesmo aos brasileiros. Até outubro do ano que vem, saberemos